

**1º Seminário Internacional de Análise e Prevenção de Acidentes**

**Oficina *“Cenários e Desafios atuais da Saúde do Trabalhador no Brasil:  
construindo agendas comuns de enfrentamento”***

**Hotel Excelsior, São Paulo, 26 e 27 de agosto de 2014.**

## Equipe Técnica

Facilitadores: Alessandro Nunes da Silva

Cristiane Queiróz

Carlos Eduardo Siqueira

Ecléa Bravo

Maria Maeno

Mara Alice Conti Takahashi

Relatoria: Mara Alice B. Conti Takahashi

Revisores: Rodolfo Andrade Gouveia Vilela

Carlos Eduardo Siqueira

Maria Maeno

Apoio técnico: Wagner Barbosa

## **Apresentação**

O *Fórum de Acidentes de Trabalho* é uma iniciativa conjunta de várias instituições<sup>1</sup>, coordenado pelos professores Dr. Rodolfo de Andrade Gouveia Vilela – Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP (Universidade de São Paulo), Dr. Idelberto Muniz de Almeida e Dra. Maria Dionísia do Amaral Dias – Faculdade de Medicina da UNESP-Botucatu (FAMUNESP).

O Fórum busca difundir a abordagem sócio técnica sistêmica sobre a compreensão dos acidentes, em crítica às abordagens reducionistas do erro humano que buscam transferir às vítimas a responsabilidade e a culpa por estes eventos.

A realização do 1º Seminário Internacional de Análise e Prevenção de Acidentes, de 27 a 29 de agosto de 2014, no Hotel Excelsior, em São Paulo - capital, foi uma iniciativa deste fórum e buscou a continuidade e o aprofundamento destas atividades, estimulando a reflexão sobre aspectos atuais de pesquisa e políticas públicas de prevenção de acidentes e estreitando laços de cooperação internacional sobre a temática. Foram apresentadas as experiências brasileiras e de pesquisadores de outros países – França, EUA e Finlândia, no campo da análise, vigilância, aprendizagem organizacional e das intervenções.

A iniciativa oportunizou repensar a agenda de pesquisa e de atuação de universidades brasileiras envolvidas em estudos sobre o tema, a saber, FSP-USP, FMUNESP – Botucatu e UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), bem como das instituições, profissionais e sindicalistas que lidam com o desafio da prevenção de acidentes e doenças do trabalho em suas atividades cotidianas.

Nos dois dias que antecederam ao 1º Seminário, 26 e 27/08/2014, foi realizada a Oficina *“Cenários e Desafios atuais da Saúde do Trabalhador no Brasil: construindo*

---

<sup>1</sup> Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, PROEX-UNESP, CEREST-Piracicaba, Divisão de Vigilância em Saúde do Trabalhador/ Centro de Vigilância em Saúde/ Secretaria de Estado da Saúde, CEREST Estadual –SP, Gerencia Regional do Ministério do Trabalho e Emprego de Piracicaba, Ministério Público do Trabalho da 15ª região e FUNDACENTRO-SP.

*agendas comuns de enfrentamento*”, 16 horas de trabalho profícuo para alcançar os seguintes objetivos:

1. Resgatar e intercambiar experiências sindicais sobre Saúde do Trabalhador
2. Refletir e debater sobre as facilidades e dificuldades encontradas pelo movimento sindical em relação ao desafio de prevenir acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.
3. Construir agenda comum entre os três polos – pesquisadores do campo da Saúde Coletiva, núcleo Saúde do Trabalhador, profissionais que atuam nos CEREST(s)<sup>2</sup> e movimento sindical nacional.

Nestes dois dias estiveram reunidos 23 expressivos dirigentes sindicais, dois assessores, três técnicas do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), um técnico da ENSP/FIOCRUZ (Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz), duas pesquisadoras da FUNDACENTRO-SP e três profissionais do CEREST-Piracicaba.<sup>3</sup> O produto final esperado foi a construção de uma agenda conjunta de encaminhamentos e ações interinstitucionais.

Em seguida apresentamos a todos os participantes e a tantos outros interessados o resultado do trabalho daqueles que acolheram o convite do Fórum para a realização da oficina, esperando que este relatório possa contribuir para o enfrentamento do desafio de implementar a Política Pública de Saúde do Trabalhador em nosso país.

## **Introdução**

A fala inicial ficou a cargo do Prof. Rodolfo Vilela, da Faculdade de Saúde Pública da USP -São Paulo, um dos coordenadores do Fórum do Acidente de Trabalho, que apresentou aos participantes da oficina os objetivos do evento, ressaltando a necessidade de uma aliança entre três segmentos que compõem a Política

---

<sup>2</sup> Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do SUS (Sistema Único de Saúde)

<sup>3</sup> Totalizando 34 participantes.

Nacional de Saúde do Trabalhador – os profissionais dos serviços de assistência e vigilância em Saúde do Trabalhador, os acadêmicos que desenvolvem pesquisa e atualizam as ferramentas conceituais e de diagnóstico e os sindicalistas que militam em defesa de um ambiente seguro e saudável para a classe trabalhadora.

Segundo Rodolfo , a concretização deste trabalho conjunto pode resultar em empoderamento do movimento sindical, que vive hoje no Brasil problemas que contribuem para seu enfraquecimento institucional, tais como desemprego estrutural e avanço da terceirização em todos os ramos de atividade, resultando em níveis significativos de precarização das condições de trabalho. A formulação de argumentos consistentes, resultantes de pesquisas científicas alinhadas com as demandas priorizadas pelo controle social, pode potencializar as lutas de resistência e transformação: *“força política com conceito antigo, ultrapassado, não funciona”*, enfatiza o Prof. Rodolfo.

Para finalizar, instigou os participantes a pensar “o que fazer e como fazer diferente”, “os pontos comuns de luta entre as diferentes representações sindicais” e “quais as estratégias que, em parceria com a academia e os serviços, podem ser implementadas”.

### **Desenvolvimento**

A programação foi iniciada pelo Dr. Roberto Ruiz que fez um breve relato da construção do filme “Carne e Osso”, que mostra o cotidiano de trabalho dos frigoríficos de abate de aves nas regiões de Chapecó e Videira em Santa Catarina, mas que espelha a realidade de todo o setor brasileiro de abate de aves, bovinos e suínos.

O documentário denuncia o massacre dentro dos frigoríficos, refletido na epidemia de LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/ Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), neste tipo de indústria, resultando na visibilidade

política da problemática e na constituição de uma Comissão tripartite<sup>4</sup> para elaboração e implementação de NR específica para o setor – a NR36.

O filme apresentou vários testemunhos de trabalhadores adoecidos por LER/DORT, como por exemplo, o caso da trabalhadora Valdirene, que relata ter trabalhado por 11 anos no frigorífico, no corte e desossa de coxas de frango, sem apresentar atestados de afastamento, lidando com os sintomas de dor por meio de medicamentos. Quando não conseguiu mais manter a capacidade de trabalho, pois seus dedos passaram a permanecer constantemente em gatilho, necessitando entrar em afastamento prolongado do trabalho, a empresa tentou descaracterizar a doença ocupacional, direcionando a causalidade para o uso de motocicleta pela trabalhadora como meio de transporte para o trabalho.

Roberto Ruiz informou que após várias tentativas assistenciais de tratamento do seu problema de saúde, Valdirene, que não conseguia mais lidar com a sua dor com analgésicos potentes como morfina e outros, acatou a sugestão médica e amputou o braço direito na tentativa de livrar-se das dores nas mãos e nos dedos.

Em seguida foi apresentado o testemunho presencial da bancária Fernanda, que relatou que na sua vida profissional de mais de vinte anos passou por vários cargos dentro da estrutura do banco em que trabalhava. Contou que durante 9 anos e meio exerceu vários cargos em uma agência de um município do interior paulista, tendo sido convidada então para gerenciar uma pequena agência de apenas quatro funcionários, que estava em último lugar no ranking de metas. Em nove meses conseguiu recuperá-la, sendo bastante elogiada por isto. No entanto, a premiação vinha em forma de novos desafios como gerenciar o PAB (Posto de Atendimento Bancário) de uma grande empresa multinacional que funciona em três turnos e em

---

<sup>4</sup> Grupo de trabalho tripartite com representantes do governo – MTE, FUNDACENTRO e Ministério da Agricultura, dos empregadores e dos trabalhadores – CONTAC (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação), FETIASP (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo) e SINTRICAVI (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados da Alimentação de Videira).

que o gerente tem que estar disponível a qualquer hora para resolver os problemas, que são muitos e sempre urgentes.

Ela disse que tinha como objetivo pessoal ser Superintendente e que para isto acatava as cobranças de qualificação por parte do banco, apresentando ao grupo da Oficina vários certificados de cursos de pós-graduação em gestão e Mestrado em Administração de Negócios (MBA).

Quando se tornou superintendente as premiações aumentaram, porém elas sempre vinham acompanhadas de uma dedicação incondicional às exigências e demandas do cargo, e novos desafios, cada vez mais complexos, eram-lhe impostos. As recompensas financeiras também aconteceram. Assumiu a responsabilidade de gerenciar em sua carteira 397 funcionários e 267 grandes empresas, dentre elas a folha de pagamento da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro. Nesta altura estava bem acima do seu peso normal, com 83 Kg., por consumir muitos doces para conter a ansiedade e viver praticamente em quartos de hotéis de luxo, dedicando-se quase que exclusivamente ao trabalho, com a vida familiar em 2º plano.

No momento em que teve que se afastar para fazer uma cirurgia de bexiga sentiu que o copo transbordou. Tinha a sensação que sua mente havia sido “sugada”, que tudo estava em branco. Sentia-se muito deprimida e só chorava. O psiquiatra diagnosticou *síndrome de burnout*<sup>5</sup>. A atitude do banco para com seu adoecimento foi de descaso e a do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) foi a de não reconhecimento da doença como ocupacional.

---

<sup>5</sup> Trata-se da síndrome do esgotamento profissional, que passou a ganhar magnitude epidemiológica a partir das grandes mudanças organizacionais que acompanham a reestruturação produtiva das últimas décadas. Nestas mudanças, as pressões sofridas continuamente para que as pessoas atinjam as metas definidas pelas organizações adquirem caráter extenuante e tem levado ao esgotamento profissional. O quadro clínico da doença tem como primeira manifestação uma exaustão que eclode de forma aparentemente brusca, acompanhada de uma segunda manifestação característica da síndrome –uma aguda reação emocional de rejeição ao que antes no trabalho era objeto de dedicação e cuidado (Seligman-Silva, E.). “*Psicopatologia no trabalho: aspectos contemporâneos*” In:Saúde Mental no Trabalho –Coletânea do Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho do Estado de Goiás, Ed. Cir Gráfica, Goiânia, 2013.

O seu contexto atual é de dependência medicamentosa intensa, associada a um custo familiar alto que envolveu o marido e a filha, a qual tentou o suicídio por não suportar conviver com a situação de adoecimento enfrentada pela mãe.

O dirigente sindical da Federação do Sindicato dos Empregados no Comercio de Fortaleza – CE Domingos Braga Mota complementou o testemunho colocando que os comerciários são bancários disfarçados, pior remunerados que os trabalhadores do sistema financeiro, mas submetidos aos mesmos riscos. Os comerciários atuam como corretores do Banco do Brasil, vendendo seguros de carro, garantia estendida de eletrodomésticos, etc. Fez ainda uma grave denúncia sobre o trabalho “*part time*”, difundido no setor do comércio da região Nordeste, onde trabalhadores são contratados e ficam em *stand-by*, de sobreaviso, a espera de serem chamados para cobrir horários de pico em estabelecimentos comerciais. Trata-se de um trabalho não formalizado e o trabalhador recebe apenas pelo tempo de trabalho que realizou, a despeito de ter ficado de prontidão, a disposição do estabelecimento. Informa ainda que a proprietária da Rede Magazine Luiza está fazendo *lobby* junto ao governo e ao Congresso Nacional para conseguir regulamentar este tipo de trabalho, o que seria a formalização do trabalho precarizado.

O debate finalizou o período da manhã com o destaque para as seguintes questões:

1. Apesar da importância da legislação como a NR-36, as questões referentes a pausas e redução do ritmo de trabalho só conseguem ser bancadas politicamente, o que exige luta incessante do movimento sindical.
2. O trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT) por meio dos TAC(s) (Termos de Ajuste de Conduta) é baseado em parâmetros técnicos para avaliação do cumprimento. Entretanto, aspectos de organização do trabalho como pausas, ritmo de trabalho e metas de produção não contem elementos objetivos capazes de serem identificados nas vistorias de fiscalização.
3. Outras questões que estão em interação com o adoecimento, mostradas tanto no trabalho dos frigoríficos como do setor bancário, são ainda mais difíceis de



serem identificadas pelos métodos tradicionais da Vigilância em Saúde do Trabalhador, tais como, a intensidade do trabalho, a imposição de responsabilidades cada vez maiores, acompanhada de redução dos efetivos de trabalho e do incremento das exigências de produtividade. Neste cenário, a redução da jornada para 6 horas não resolve o problema da ausência de pausas; ao contrário, pode agravá-lo aumentando a densidade do trabalho.

4. Outras formas subjetivas foram também apontadas, tais como, as ameaças tácitas de demissão, o terror institucional e as atitudes de assédio moral enquanto práticas correntes de gestão, bem como as cobranças por tarefas para as quais os trabalhadores estavam impedidos de fazer devido ao contexto do trabalho real.

5. A urgência de uma discussão mais ampliada sobre o modelo de gestão baseado em metas, instituído em todos os ramos de atividades, baseado em critérios de produtividade e lucratividade, bem como a impossibilidade de se estabelecer limites de tolerância para esta questão. Como definir metas abusivas? Quais os parâmetros? Não seria o estabelecimento de metas e cobranças de produção a causa das causas?

6. Redução do quadro de auditores do MTE, cuja articulação com o movimento sindical, em contextos políticos anteriores, resultava em maior equilíbrio entre os interesses do capital e do trabalho, mas hoje ficou muito enfraquecida e, em algumas regiões, praticamente inexistente.

7. Em última análise, conclui-se que é a organização do trabalho e sua gestão que estão no centro da causalidade do adoecimento e dos acidentes de trabalho e que, com o atual cenário de Estado mínimo e carência de políticas públicas eficazes de vigilância e prevenção em Saúde do Trabalhador, o capital não possibilita sequer a discussão destas questões.

8. Para o enfrentamento das questões acima, faz-se necessário um acordo entre as diferentes categorias, uma vez que na sociedade globalizada o jeito de explorar o trabalhador é o mesmo nos diferentes ramos de atividade. A mesma lógica de exploração é que adocece, mutila e mata os trabalhadores, de maneira visível e

invisível (Jair dos Santos, Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas). 9. Faz-se necessário também uma base de ação sindical conjunta que tenha como bandeira colocar a Saúde do Trabalhador na pauta das lutas unificadas e não somente as questões salariais e de manutenção dos direitos trabalhistas conquistados. São demandas justas, legítimas e necessárias, mas não suficientes.

10. Para furar o cerco de exploração do capital há de se discutir o atual sistema de regulação do Estado baseado em NR(s) que perdem potencia sem um quadro de auditores bem dimensionado e atuante. Há uma tendência em que estas questões da gestão de saúde e segurança sejam auto declaratórias pelas empresas, como a proposta da NR1, no momento em consulta pública (Maria Maeno e Cristiane Queiróz, pesquisadoras da FUNDACENTRO-SP).

11. Foram questionadas também as Comissões Tripartites, onde os dirigentes sindicais são chamados a participar e acabam atendendo demandas não priorizadas pelo movimento sindical. Algumas situações acabam colocando os sindicatos como culpados e desta forma os movimentos sociais estão fazendo o papel dos sindicatos. Um exemplo desta situação é a NR10 que proíbe a atividade individual no setor elétrico. Porém, a Comissão Tripartite referendou que para algumas atividades este trabalho deve ser permitido. Discutiu-se também a necessidade de se articular o movimento social para mudar o modelo de desenvolvimento econômico baseado no consumo (Jefferson, SINDIELETRO de Minas Gerais).

12. Estes sistemas precisam ser revistos – Normas Reguladoras com fiscalização fraca e Comissões tripartites desencadeadas pelo Estado, e se for o caso, devemos romper com estes sistemas.

O período da tarde foi iniciado com um breve histórico da elaboração do documentário “Linha de Corte” pelo Prof. Beto Novaes, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), seu diretor e roteirista. O filme mostra o impacto do pagamento por produção na saúde dos trabalhadores do corte da cana de açúcar, buscando dar visibilidade social à precariedade do trabalho no interior dos canaviais das modernas usinas paulistas.

A seguir, a dirigente sindical Carlita da Costa, Presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis, Artur Nogueira, Paulínia e Campinas, e participante ativa do documentário relata casos de trabalhadores de sua base sindical que morreram ou adoeceram gravemente por exaustão devido ao sistema de trabalho no corte manual da cana.

Do filme e do debate que se seguiu a ele, destacam-se as seguintes questões:

1. O sistema de pagamento por produção, que induz os trabalhadores a produzirem para além de sua capacidade fisiológica com o objetivo de aumentar a remuneração. O sistema do corte manual de cana funciona por safra, o que faz com que os trabalhadores fiquem empregados, em média, apenas 6 meses por ano.
2. A capacidade laborativa é mantida pelos trabalhadores por meio de “remédios”.
3. Não há qualidade dos EPI(s) apesar da certificação e desta forma os equipamentos não protegem dos riscos mais primários.
4. A Comissão Tripartite - Indústria Sucroenergética, Trabalhadores e Governo Federal – firmou o **“Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar”**. Na prática, o acordo definiu que as usinas forneçam hidratação, ginástica laboral aos trabalhadores e possibilitou a contratação de auditoria terceirizada para verificação do cumprimento. O objetivo real destas medidas é voltado para o mercado, para obtenção do Selo Verde, onde 180 usinas foram certificadas, segundo o site da ÚNICA (União da Indústria da Cana). Esta lista está divulgada no site da Secretaria Geral da Presidência da República. Os principais problemas que adoecem e matam os trabalhadores rurais não foram contemplados pelo acordo, e sequer discutidos.

No debate a seguir, abordou-se também o PLANSAT (Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho), uma iniciativa conjunta dos três Ministérios –Trabalho, Saúde e Previdência, o qual apresenta como uma de suas estratégias de ação introduzir as questões de Saúde e Segurança nas escolas. Segundo a avaliação dos

dirigentes sindicais e técnicos presentes trata-se de um programa de prevenção baseado em EPI(s) que na realidade se propõe a formar “cipeirinhos” para fiscalizar os pais quanto ao uso dos mesmos e culpá-los quando ocorrer o acidente. O pensamento hegemônico da culpa da vítima se perpetua neste programa.

Foi apontado também pelo grupo o aumento das premiações para empresas – Prêmios de Boas Práticas – contraditórios à realidade de acidentalidade e adoecimento de trabalhadores.

Dando seguimento, ouvimos o depoimento do Sr. Antonio Rasteiro, Coordenador da ATESQ (Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas), composta por ex-trabalhadores da Shell/BASF, que inicia sua apresentação colocando que para agrotóxico não há EPI eficaz, nem para os trabalhadores da indústria, nem para os trabalhadores do campo, nem para a cadeia alimentar.

A empresa Shell fabricava organoclorados, organofosforados, acaricidas e fungicidas, todos ao mesmo tempo e apresentava várias falhas de processo, o que contaminou seus trabalhadores. Os trabalhadores desconheciam os riscos. Um estudo de avaliação ambiental, realizado em 1993, resultou em autodenúncia, mas foi mantida em segredo de justiça. Em dezembro de 2002, já adquirida pela BASF, a empresa foi interditada, ocorrendo a demissão de todos os funcionários. Os moradores das chácaras próximas também foram contaminados.

Os efeitos desta exposição crônica a estes produtos químicos altamente tóxicos, emanados no meio ambiente da fábrica, foram tardios e diferenciados: alterações de tireoide, câncer, má formação fetal, atingindo trabalhadores e seus descendentes. Os adoecimentos mostraram-se epidemiologicamente acima dos índices da população geral. A ação civil pública ganha em 2013 foi resultado de um trabalho coletivo de dez anos baseado em nexo causal epidemiológico. Foi importante a participação do CEREST-Campinas, do Ministério do Trabalho, do Norton Martarello, do Roberto Ruiz, do Dr. Marcos Sabino, do Dr. Heleno da UNICAMP, Dr. Eduardo Siqueira, dos procuradores do MPT de Campinas e de tantos outros, o que resultou num Consolidado Técnico de 60.000 páginas.

A parceria com o Sindicato dos Químicos de Campinas foi fundamental para custear as despesas desta luta (jornais, viagens, etc.). A participação dos trabalhadores mobilizados foi estratégica para fornecimento de informações que só eles possuíam, como locais de contaminação, aspectos históricos, produtos manipulados etc. Em 2013 saiu o acordo com a Shell que incluiu 470 trabalhadores e descendentes até 3ª geração (que também está em risco). Ao todo são 1.110 pessoas com direito a atendimento de saúde custeado pela empresa, sem necessidade de passar por junta médica.

A contaminação já resultou em 70 óbitos com média de idade de 55 anos. A indenização aos trabalhadores foi de R\$ 20.000 por ano trabalhado, o que totalizou R\$ 192.000.000. Foi designado também R\$ 150.000.000 para pesquisas acadêmicas voltadas para riscos químicos, disponível por 5 anos.

Medidas de barreira hidráulica foram implementadas e o bairro contaminado foi interditado. A Comissão de moradores saiu na frente desta luta, porque os trabalhadores foram enganados durante décadas. A visibilidade só foi alcançada graças a articulação social, inclusive internacional. Graças ao Dr. Eduardo Siqueira a ATESQ recebeu premiação internacional e ganhou por mérito o prêmio “Lucro acima da Vida”.

No debate que ocorreu em seguida, alguns encaminhamentos e colocações se destacaram:

1. Proposta de encaminhamento dos resultados desta oficina pelo dirigente sindical Rogério de Jesus Santos, da CIST Estadual (Comissão de Implantação da Saúde do Trabalhador) à Plenária de Saúde do Trabalhador do Estado/ Conselho Estadual de Saúde, que está na organização da IV Conferencia Nacional de Saúde do Trabalhador a ser realizada em dezembro de 2014 em Brasília.
2. Relato do dirigente sindical Francisco Pinto do Sindicato de Papel e Papelão de Piracicaba sobre a articulação bem sucedida com o CEREST-Piracicaba, a elaboração de uma Convenção Coletiva atuante na prevenção, a redução dos

acidentes de trabalho no setor do Papel e Papelão e o resultados de nenhum óbito já há alguns anos.

3. A colocação do Dr. Francisco Pedra, coordenador do Observatório da Saúde do Trabalhador, do Centro de Estudo em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz), sobre a necessidade de politizar as questões levantadas. O movimento sindical, as academias envolvidas e os CEREST(s) precisam empreender um movimento político contra o nexos causal caso a caso da Medicina Ocupacional. Os casos relatados são emblemáticos de que deve prevalecer o nexos epidemiológico, juntamente com os princípios da prevenção e precaução.

A discussão política precisa envolver o modelo RENAST existente, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador, a seu ver inofensiva, a produção de dados em Saúde do Trabalhador, cuja estatística “rala” demonstra que o atual sistema de registro de Vigilância não está captando a realidade.

Outro ponto importante levantado por ele foi a necessidade de balancear politicamente a discussão sobre os determinantes de causalidade dos eventos adversos em Saúde do Trabalhador com as questões gerais que afligem os trabalhadores relacionadas a salário, direitos conquistados e manutenção dos empregos.

Urge pensar estratégias de união entre as Centrais Sindicais que possam superar suas divergências priorizando e politizando questões como mortes e amputações, por exemplo.

O segundo dia da Oficina teve início com a apresentação de Alessandro Nunes da Silva do CEREST-Piracicaba dos dados nacionais de acidentalidade do setor elétrico. A fonte destes dados é a Fundação COGE<sup>6</sup>, uma ONG que congrega várias empresas públicas e privadas do setor elétrico. Os dados de acidentalidade de 2001 a 2012 mostraram

---

<sup>6</sup> A COGE auto define sua missão como a de *“prover conhecimento e soluções de gestão empresarial que agreguem valor à cultura técnica das organizações, priorizando o setor energético”* (<http://www.funcoge.org.br>).

4.662 mortes por acidentes envolvendo energia elétrica, sendo 3.760 acidentes envolvendo a população geral e 867 acidentes de trabalho. Destes, 732 eram trabalhadores terceirizados e 135 do quadro próprio. Em 2011 a taxa de mortalidade no segmento terceirizado foi de 31,9 por 10.000, cinco vezes e meia maior que a taxa encontrada no segmento próprio. A maioria destes acidentes ocorre na rede de distribuição de energia elétrica, em atividades de manutenção de linha viva (média e alta tensão).

Dando prosseguimento, o trabalhador Eli, funcionário do quadro da CEMIG-MG com vinte anos de trabalho, traz o testemunho da morte do colega de trabalho na atividade de troca de cruzetas com a linha viva (energizada). A sua narrativa emocionada mostrou em detalhes e passo a passo a atividade que levou a óbito o trabalhador. Na sua avaliação são várias as causas que concorreram para a ocorrência, mas a principal é o enxugamento do quadro de pessoal, que trouxe como consequências uma carga de trabalho grande para os trabalhadores que permaneceram e a ausência de operações de manutenção preventiva. Durante os seus vinte anos de vida profissional ele disse ter acreditado na empresa que dizia que apesar de trabalhar com a linha energizada, os procedimentos utilizados garantiam um trabalho seguro. A morte do colega mostrou o contrário e trouxe sensações de insegurança para a equipe de trabalho.

No debate, surgiram várias questões referentes ao avanço da privatização “branca” nas empresas que não foram privatizadas no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), e o aumento de terceirizados, que hoje somam o maior número de trabalhadores, contratados de empresas com CNPJ de construção civil e prestadores de serviço. Como o número de acidentes entre terceirizados é grande, estes dados nem sempre são computados para o setor elétrico, mascarando a sua realidade de precarização do trabalho. Segundo informações de Carlos Fábio, dirigente sindical do Sindicato dos Eletricitários de Campinas, somente na CPFL são onze os CNPJ(s) das empresas contratadas.

Outro ponto que mereceu destaque foi o papel da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, agência reguladora do governo que tem como missão autodeclarada *“proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se*

*desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade”* ([www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br))<sup>8</sup>, e que vem atuando de acordo com as concepções neoliberais de predomínio das regras de lucratividade e competitividade do mercado.

A fiscalização da qualidade da energia elétrica fornecida aos consumidores também é atribuição da agência. Esta avaliação é feita a partir de dois indicadores – FED (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). As metas de qualidade das distribuidoras estão relacionadas com a redução dos valores globais destes dois indicadores, sendo que, a empresa que atinge as metas recebe um bônus sobre seu faturamento, e, por outro lado, quando não atinge o parâmetro, é multada pela ANEEL na mesma proporção. Assim, o número de vezes e o tempo de duração que o consumidor ficou sem energia têm impacto significativo na tarifa e na avaliação de eficiência da empresa.

Segundo a nota técnica nº 134 de maio de 2014 do DIEESE, esse modelo de regulação produziu, ao longo dos últimos anos, uma piora nos padrões de qualidade do trabalho no setor, especialmente no que se refere ao formato das contratações por meio de terceirizações para qualquer atividade e ao consequente aumento dos casos de adoecimentos e mortes.

Segundo o DIEESE<sup>9</sup>, o nível de terceirização do setor elétrico, na casa de 59% da força de trabalho em 2010, e os resultados da apuração das taxas de mortalidade por acidente de trabalho, significativamente mais altas entre os trabalhadores terceirizados do que entre os trabalhadores do segmento próprio, levaram a conclusão de que existe maior risco de morte associado ao segmento terceirizado da força de trabalho.

Os estudos do DIEESE apontam que esta metodologia comparativa entre as empresas, uma vez que a meta ultrapassada por uma ou mais concessionárias vira padrão para as demais, como uma avaliação de eficiência, baseada apenas em indicadores de custo,

---

<sup>7</sup> Acesso em 21/09/2014.

<sup>8</sup> Acesso em 21/09/2014.

<sup>9</sup> Estudos e Pesquisas nº 50 “Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro” (DIEESE, 2010)



ou seja, gastar menos significa gerenciamento melhor, está entre as causas raízes das mortes e acidentes. Para reduzir custos gerais há redução nos investimentos com segurança do trabalho, demonstrada pelo enxugamento do quadro de engenheiros e técnicos de segurança nas concessionárias de energia elétrica. Na mesma perspectiva estão as medidas de extensão das jornadas de trabalho combinadas com redução do quadro efetivo, aumento de tarefas e eletricitas que passaram a executar multitarefas, indo além das especificações do cargo, medidas estas implementadas com o objetivo de redução de despesas.

Os investimentos são direcionados para aumento das unidades, nas ampliações das plantas e investimentos em Manutenção Preventiva deixaram de existir. Exemplificando, colocar um poste novo significa investimento e para tal há repasse de orçamento da ANEEL; no entanto, trocar um poste que começa a apresentar sinais de danificação significa despesa e deve sair do bolso dos investidores privados. Isto tem levado a situações graves denunciadas pelos trabalhadores, tais como alimentadores reutilizados para além do percentual de capacidade tradicionalmente considerado. Desta forma, uma atividade de troca de alimentador, que antes podia ser considerada como de risco zero, hoje com o sucateamento da rede elétrica por falta de manutenção preventiva apresenta riscos significativos de explosão durante o serviço.

Conclui-se que houve aumento do grau de risco no trabalho nas empresas de energia elétrica, demonstrada pela alta acidentalidade de trabalhadores – terceirizados em maior grau, mas também do quadro efetivo – e da população geral, gerado pela articulação inevitável entre investimentos em segurança do trabalho e aumento de gastos, o que contraria o estímulo da agência reguladora para que as empresas gastem menos para serem reconhecidas como eficientes.

De acordo com a programação inicial haveria a seguir a apresentação da atuação sindical na Comissão de fábrica da Mercedes Bens e um debate sobre as ações sindicais em comissões de fábricas. Entretanto, não houve comparecimento dos trabalhadores convidados.

Optou-se então por continuar a discussão, apresentando o diagnóstico de acidentalidade do setor do petróleo, com ênfase no trabalho desenvolvido nas

plataformas *offshore*<sup>10</sup>. Teve início com a apresentação do Prof. Marcelo Figueiredo da UFF-RJ (Universidade Federal Fluminense) sobre os resultados de sua pesquisa desenvolvida na plataforma petrolífera da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. Seu trabalho destaca os riscos associados à organização do trabalho, em especial o regime de embarque e o sistema de turnos adotados.

A acidentalidade do setor petrolífero ganhou maior visibilidade após o acidente com a plataforma P-36 em 2001 e o adernamento da Plataforma P-34 em 2002. No entanto, já haviam sido registradas anteriormente 4 mortes na Bacia de Campos e ocorrido três grandes vazamentos de óleo –na Baía de Guanabara (RJ), no Rio Iguaçu (PR) e no terminal de Alemoa (SP). Para o Prof. Marcelo, esses eventos e outros que os precederam demonstram uma perigosa defasagem entre a gestão da inovação tecnológica e a gestão do risco neste sistema sociotécnico complexo.

Nos sistemas sociotécnicos complexos, a eficácia e a confiabilidade se assentam na cooperação entre os coletivos de trabalho,; desta forma, para ele, a intensificação da terceirização vem ocasionando um efeito nefasto, quebrando os laços de cooperação e precarizando cada vez mais o trabalho no setor petrolífero. A terceirização não é um fenômeno novo na indústria do petróleo, porém tem tido um crescimento significativo nos últimos anos, invadindo cada vez mais as atividades fins.

Um aspecto importante do trabalho nas plataformas offshore é que mesmo depois de terminada a jornada de trabalho de 12 horas, estes trabalhadores permanecem confinados em alto mar<sup>11</sup> por duas semanas consecutivas. Este se caracteriza por turnos alternantes onde nos 14 dias embarcados há revezamento entre o grupo, sendo que 7 dias são trabalhados no turno do dia e 7 dias no turno da noite. No desembarque os trabalhadores têm 21 dias de folga. Este confinamento e a densidade

---

<sup>10</sup> As plataformas de petróleo offshore podem ser Fixas ou Flutuantes, sendo as primeiras, aquelas que são apoiadas no fundo do mar e as flutuantes aquelas que possuem uma estrutura complacente posicionada por um sistema de ancoragem. Elas são usadas para a perfuração do petróleo e sua posterior produção regular. Vide *Plataformas Offshore: uma breve análise desde a construção ao descomissionamento* (Amorim, T.O., 2010)

<sup>11</sup> A mais de 100 km da costa.

deste trabalho traz como consequência uma elevada carga cognitiva e psíquica aos trabalhadores e uma contaminação adoecedora da vida pelo trabalho.

Outras características foram apontadas: a diferença do tempo de descanso para os terceirizados, que é de 14 dias ao invés de 21 dias e o regime de sobreaviso para algumas funções, com presença indispensável na área. O trabalhador pode ser contatado a qualquer hora caso haja necessidade para esclarecer uma dúvida ou tomar uma decisão. Os que trabalham em regime de sobreaviso recebem 12% de adicional.

Foi ressaltada ainda pelo Prof. Marcelo a alta periculosidade do trabalho nas plataformas, em especial a atividade dos mergulhadores que realizam suas atividades submersos de 50 a 300 m de profundidade. Apesar da reconhecida periculosidade, o sistema foi projetado para contar com as atividades de manutenção realizadas por mergulhadores. Há experiências internacionais de mudança deste sistema perigoso, porem demanda um investimento não aventado ainda no Brasil.

Em seguida o dirigente sindical Antonio Raimundo Teles Santos, do Sindipetro do Norte Fluminense-RJ, colocou que a instituição sindical que representa se coloca em defesa do monopólio do petróleo e contra a privatização da Petrobrás. Faz denúncias sobre o sucateamento do órgão e o enxugamento do efetivo no governo FHC e o processo de continuidade no governo Lula. Chama a atenção para os acidentes aéreos no transporte dos trabalhadores às plataformas *offshore*.

Coloca como estratégica a participação dos trabalhadores no Anexo II da NR30 e a construção da NR37 específica para os trabalhadores do petróleo. Coloca ainda como conquista do movimento sindical a participação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração da Petrobrás. Quanto aos acidentes, como por exemplo, o afundamento da P36, informa que o sindicato recorreu e ganhou na Justiça o direito de participar da investigação.

Raimundo aponta como problemas atuais do setor petrolífero os acidentes de trabalho ocorrendo em grande quantidade, crescimento de distúrbios mentais, de casos de dependência química e de câncer. Ocorreram em uma única plataforma 10 casos de câncer. Trata-se, portanto, de discutir nexos epidemiológico, nexos causal

coletivo. Há muitas dificuldades hoje em se comprovar as doenças ocupacionais. Os documentos referentes à SST da Petrobrás, dentre os quais, o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) da Petrobrás reconhecem um único risco – o ruído. No ASO (??) consta apenas este risco – o ruído.

Observa-se também um grande crescimento das doenças osteomusculares – as artroses, as hérnias de disco e os casos de leucopenia. A Petrobrás detém as informações, somente casos esporádicos chegam ao Sindicato, até porque a Petrobrás conseguiu implantar programas de metas gerenciais (foram derrubadas posteriormente pelo movimento sindical) onde as licenças médicas por acidentes e doenças repercutem negativamente nas bonificações e recompensas. Com isto houve aumento da subnotificação dos acidentes e doenças e do presenteísmo. Antes de retornar ao trabalho depois de uma licença médica o empregado deve se apresentar não ao seu posto médico, mas ao seu gerente. Esta medida resultou em que muitos trabalhadores sofreram ameaças e chantagens de serem recolocados em terra e com isto perder a remuneração adicional por trabalhar em plataformas *offshore*.

A seguir, Raimundo se reporta a fala inicial do Prof. Rodolfo que reforçou a necessidade de articulação entre os três polos: academia, profissionais dos serviços de fiscalização e movimento sindical. No seu entendimento a academia não avança para além do patamar do diagnóstico, os serviços só atuam se forem provocados e hoje o MTE caminha para uma política de abandono da fiscalização para ficar apenas no estabelecimento de regras a serem cumpridas pelas empresas. Quanto ao movimento sindical acredita que está na hora do movimento sindical começar a formular a sua própria ideologia, para se contrapor a ideologia patronal que gerencia o mundo do trabalho e que está adoecendo e matando os trabalhadores. Vê como problema a fragmentação em várias centrais sindicais e as divergências partidárias entre elas.

Para finalizar, relata uma experiência de articulação interinstitucional vivenciada por ele, com participação da ANVISA, Marinha, MTE e MPT onde foram interditadas 22 plataformas por questões de saúde e segurança, inclusive a P62 antes mesmo que ela entrasse em operação. A Petrobrás recorreu, conseguiu desinterditar, mas os trabalhadores se mobilizaram e por meio de uma reunião da CIPA com a apresentação da gravidade das ocorrências o MTE manteve a interdição até a regularização.

Em seguida o dirigente sindical Wesley Bastos, do Sindipetro de São José dos Campos, enfatiza as características do trabalho nas refinarias. A média tem sido de 335 acidentes de trabalho por ano. O ultimo aconteceu há 1 ano e 4 meses quando um trabalhador morreu queimado. Ele trabalhava na área de tratamento de esgoto, que fica em nível mais baixo em relação a área onde se produz petróleo. Foi dito que a causa era um vazamento de gás, mas informa que, ao contrário do que é informado aos órgãos oficiais, a liberação dos produtos vai por tubulações. Os produtos são queimados ou tratados, porém ocorre uma prática em todas as refinarias de jogar os resíduos no chão, lavar e deixar que escorram para o esgoto, porque é mais rápida e é favorecida pelo desnível das plantas. O acidente fatal a seu ver esteve diretamente relacionado com esta prática.

No seu entendimento a Petrobrás precisa ser defendida como empresa pública por ser estratégica para a soberania nacional, porém faz a crítica que a empresa está sucateada, com baixo efetivo e muita terceirização. Quanto ao baixo efetivo, relata que a atividade normal seria de 36 horas semanais, no entanto as jornadas tem sido de 50/60 horas semanais. A organização paga horas extras, mas os limites da exposição química estão sendo sistematicamente desrespeitados.

Quanto ao sindicato, coloca que os quadros devem ser renovados. Há quadros com mais de 30 anos de atividade; aponta que muitos dos ex-sindicalistas se tornaram diretores da Petrobrás. Somente no sindicato que ele representa são 8 (oito). Hoje eles defendem outros pontos de vista.

Dá seu depoimento da importância da Oficina para sua própria aprendizagem e que gostaria que outros colegas sindicalistas da nova geração também pudessem participar de eventos como este.

Coloca a importância da parceria com a Academia, como a que no momento vem sendo implementada com o Prof. Rodolfo da USP, para a questão do benzeno. Não adianta somente ir para a porta da fábrica e protestar, é preciso reunir provas científicas e a Academia pode nos ajudar.

Concorda com as falas anteriores de desmonte do MTE exemplificando que o Dr. Danilo Costa do MTE de São Paulo, que é um importante parceiro do sindicato para as questões do benzeno, vai se aposentar no próximo ano e não há quem possa substituí-lo nesta demanda. O mesmo ocorre com várias técnicas da FUNDACENTRO-SP que apoiam o movimento sindical nas questões do benzeno e se aposentarão em breve.

Para finalizar, enfatizou a importância da parceria com a Academia, a exemplo da atual parceria com a equipe do Prof. Rodolfo Vilela da USP, que vem ajudando o sindicato a construir evidências dos riscos do trabalho nas refinarias para justificar a intervenção do MPT. O processo, que estava parado desde 2012, depois de ter passado por vários procuradores, hoje está em andamento, graças a esta colaboração. A companhia já tem conhecimento disto e contratou uma assessoria para construir as contraprovas. É uma luta!

Os casos de câncer estão aparecendo após 15 anos. A exposição foi diminuindo ao longo deste período graças aos avanços da tecnologia e aos acontecimentos. Antigamente havia muita exposição dos trabalhadores à nafta, *“praticamente eles tomavam banho de nafta todos os dias.”*

Termina sua fala dizendo que colocar o setor do petróleo juntos com os outros cinco projetos priorizados nacionalmente na agenda política da Saúde do Trabalhador é uma estratégia de consenso do movimento sindical petroleiro.

## **Resultados**

No período da tarde, dando continuidade aos trabalhos na perspectiva do fechamento, os participantes apresentaram os encaminhamentos finais, sob a coordenação do Prof. Eduardo Siqueira.

A partir de inscrições livres os presentes colocaram suas propostas que foram escritas em painéis.

As falas de defesa foram permitidas porém controladas por tempo definido e de consenso no grupo.

Na elaboração deste relatório, os conteúdos foram agrupados por similaridade e justificativa e estão apresentados na forma de eixos:

**A. Espaços de encontros e FÓRUM(s):**

1. Sistematizar os diversos fórum(s) existentes, integrá-los e constituir um fórum que represente o movimento sindical aglutinado por meio de problemas comuns a todas as categorias. A criação de vários fórum(s) fragmenta e enfraquece o movimento.
2. Enfatizar a urgente necessidade de se integrar as informações e as decisões das CIST(s) Comissões Interinstitucionais de Saúde do Trabalhador dos Conselhos de Saúde, nos três níveis – municipal, estadual e nacional. Frequentemente vários temas interligados são tratados por várias comissões, e o movimento sindical tem que se preparar e se articular para ter uma participação qualificada e construtiva, que contribua para o avanço da luta pela saúde do trabalhador.
3. Mobilizar as Comissões Interinstitucionais de Saúde do Trabalhador dos Conselhos de Saúde, nos três níveis – municipal, estadual e nacional, para colocação das principais questões de acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho.
4. Estabelecer uma articulação entre o FORUM de AT e as Redes Sociais como, por exemplo, o FACEBOOK, de modo a obter maior difusão.
5. Sistematizar e divulgar os encaminhamentos obtidos nesta Oficina e realizar um novo encontro para planejamento conjunto da ação direta.

**B. Campanhas sindicais, paralisações e mobilizações de rua:**

1. Retomar de forma ampliada e conjunta a campanha social, com ênfase na limitação da terceirização, ora em pauta, bem como pela redução da jornada de trabalho, considerando-se nesta discussão as questões patogênicas de flexibilidade e intensidade do trabalho.

2. Articular e fortalecer as denúncias contra empresas de maior incidência ou magnitude (acidentes graves e fatais) de acidentes de trabalho e doenças do trabalho com o objetivo de dar visibilidade social a problemática.
3. Integrar a sociedade civil por meio de ONG(s) e Associações de portadores, nas políticas públicas de Saúde do Trabalhador, na divulgação das mutilações e mortes por acidentes de trabalho e doenças do trabalho e suas consequências para os trabalhadores, suas famílias, para o Estado (custos) e para a população em geral.
4. Retomar o movimento sindical como protagonista do movimento social. A organização dos acidentados, adoecidos e famílias deve estar junto ao sindicato, que deve proporcionar a mobilização e a difusão dos eventos e suas consequências.
5. Criar um Memorial de Vítimas dos Acidentes Fatais, para que a história interrompida das vítimas, contada pela família e colegas de trabalho, pudesse ser de conhecimento geral. Este memorial seria constantemente alimentado e atualizado pelo FORUM.
6. Cobrar desempenho mais eficiente do Estado na Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) pelo **Trabalho Decente**, da qual o Brasil é signatário.
7. Realizar atos públicos contra instituições patronais como FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), CNI (Confederação Nacional da Indústria), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) e INSS.
8. Articular com o Movimento Sindical Internacional integrando-se às lutas comuns resultantes dos avanços das políticas neoliberais no mundo e dos modelos de gestão da Reestruturação Produtiva.
9. Mobilizar uma greve geral em defesa da vida dos trabalhadores justificada pelas estatísticas nacionais de morte e lesões graves pelo trabalho.

**C. Bancos de Dados, Plataformas e Observatórios:**



1. Construção de um banco de dados único, de âmbito nacional, interativo e de acesso universal, que atualize as informações geradas pelos três Ministérios – Previdência, Saúde e Trabalho - referentes a acidentes de trabalho e doenças do trabalho, bem como dados do movimento sindical, de pesquisas acadêmicas, serviços e instituições de controle social.
2. Painéis, Blogs e Observatórios que divulguem em tempo real as mortes referentes ao trabalho.
3. Criar mecanismos de notificação em tempo real dos acidentes de trabalho ao CEREST(s), para serem utilizados pela sociedade civil (tipo disk denúncia).
4. Articular a criação de um Grupo de Trabalho composto por representantes dos três polos – Academia, Sindicato, CEREST – e representantes do governo e do MPT, para elaborar uma revisão do enquadramento dos CNAES utilizados pelo NTEP (Nexo Técnico Epidemiológico) e revisar a classificação da natureza dos benefícios previdenciários (B.31) e acidentários (B.91) concedidos pelo INSS.
5. Elaborar conjuntamente um grande **Dossiê sobre o Acidente de Trabalho no Brasil** que contenha dados quantitativos fidedignos, dados qualitativos e suas análises.

#### **D. Ações Educativas:**

1. Implementar, nas ações de prevenção e promoção do Ministério da Saúde, cursos de formação para sindicalistas, membros de CIPA, médicos do trabalho, técnicos de segurança e outros profissionais de SESMT, que avancem para além das análises comportamentais dos acidentes de trabalho e doenças do trabalho, introduzindo as questões referentes aos aspectos organizacionais de causalidade.
2. Estabelecer intercâmbios dos materiais gerados por encontros e fórum(s) de saúde do trabalhador para a formação acima referida.

3. Possibilitar estágios nos sindicatos para graduandos de Medicina, Engenharia e outros cursos com disciplinas que tenham interface com as questões de saúde do trabalhador.
4. Desenvolver ações educativas que contenham como metodologia a utilização de documentários e filmes comerciais e alternativos que trabalhem as causas da saúde do trabalhador. Criar grupos de análise, síntese e difusão dos documentários e filmes.
5. Elaborar um documentário sobre as questões de terceirização e precarização do trabalho com participação das diferentes categorias e profissionais presentes nesta Oficina para posteriormente ser utilizado nas ações de formação em saúde do trabalhador.

**E. Órgãos de Fiscalização e Intervenção no trabalho:**

1. Articular as forças sindicais para recompor e ampliar o efetivo de auditores fiscais e pessoal administrativo para o Ministério do Trabalho e de fiscais de Vigilância em Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde (CEREST(s), PST (s) e VISAT(s)).
2. Recompor e ampliar os quadros técnicos da FUNDACENTRO.
3. Mobilizar para a revisão dos critérios de certificação dos EPI(s) – Equipamentos de Proteção Individual pela FUNDACENTRO.
4. Mobilizar para a participação do DIEESE e DIESAT (Departamento Intersindical de Estatística sobre Acidente de Trabalho) no Conselho Deliberativo da FUNDACENTRO.
5. Mobilizar para transformar os SESMT(s) (Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho) das empresas em serviços independentes, integrados a saúde complementar do SUS, custeados pelas empresas, mas coordenados pelo Estado.

**F. Articulação com o Legislativo e Judiciário:**

1. Mobilizar pela criminalização dos acidentes de trabalho para pessoas jurídicas na comprovação de práticas de gestão que estejam presentes na causalidade destes eventos.
2. Mobilizar contra medida que determina que a conciliação entre as partes litigantes em questões de saúde do trabalhador seja a última possibilidade no STJ. Quando esta não é obtida o processo é arquivado.
3. Articular junto a juízes e desembargadores que vêm demonstrando uma visão mais ampliada sobre as questões de saúde do trabalhador, principalmente o grupo do “Judiciário pela Democracia” para elucidá-los sobre as questões de saúde e segurança. As empresas fazem isto constantemente, colocando seus paradigmas de análise dos eventos de acidentes e doenças e o movimento sindical não.

**G. Participação dos dirigentes sindicais nas Comissões Tripartites:**

1. Criar Grupos de Trabalho formados pelos três polos de modo a construir documentos e realizar encontros de formação para assessorar os dirigentes sindicais que participam nas discussões tripartites sobre os determinantes macrossociais como terceirização, flexibilização, metas de produção, prêmios de produção, participação de lucros, questões previdenciárias etc., na perspectiva de fortalecer o protagonismo dos trabalhadores neste processo, de modo que a participação sindical não seja utilizada para aprovação de medidas que não atendem as causas da saúde do trabalhador.